

DESAFIOS E POSSIBILIDADES NA FORMAÇÃO DOCENTE: A EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA E OS VINTE ANOS DA IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 10.639

André Cristovão Sousa¹
Mateus Martins Viudes²
Camila de Souza Melo³
Luan Felipe Momo⁴
Maria Silvia Almeida de Souza França⁵
Bruno Rogério Ferreira⁶
Giuliana Loffredo Gutierrez⁷
Julia Maria Fernanda Machado Fernandes⁸

RESUMO: Este artigo apresenta os desafios e as possibilidades nestes vinte anos da implementação da Lei nº10.639/2003, seu objetivo é analisar pesquisas acadêmicas que tange a respeito da formação de professores à luz da Lei nº10.639/2003. Tal lei, atualiza a Lei nº9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira". No quesito metodológicos, este estudo é classificado como uma pesquisa documental de cunho qualitativo, estruturada no método da Análise de Conteúdo, método selecionado por possibilitar a compreensão do histórico da Lei nº10.639/2003. Foram selecionadas sete pesquisas para a análise e exploração, as quais, possibilitam considerar que embora existam pesquisas com essa temática, o silenciamento dessas questões ainda predomina na academia científica. Essa pesquisa visa não apenas analisar a situação atual, mas também operacionalizar como militância de políticas educacionais futuras.

1955

Palavras-chaves: Educação antirracista. Lei 10.639. Formação docente.

¹Mestre em Educação em Ciências e Matemática pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Docente na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São José do Rio Pardo.

² Mestre em Educação: Teoria e Prática de Ensino pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Docente da Educação Básica.

³Especialista em Ensino de Língua Inglesa. Universidade Federal do Acre (UFAC). Professora da Educação Básica.

⁴Mestre em Matemática em Rede Nacional. Universidade Federal do Acre (UFAC). Professor da Educação Básica.

⁵Mestre em Ciências no Programa Mestrado Profissional em Projetos Educacionais de Ciências pela Escola de Engenharia de Lorena - Universidade de São Paulo (EEL-USP). Docente do Ensino Superior.

⁶Mestre em Ambiente e Sociedade - Universidade Estadual de Goiás (UEG). Professor da Educação Profissional.

⁷Mestre em Administração. Professora da Educação Básica.

⁸Mestre em Ensino de História. Professora da Educação Básica.

INTRODUÇÃO

Ao longo dos últimos vinte anos, a implementação da Lei nº10.639/2003 tem suscitado desafios e, simultaneamente, revelado possibilidades transformadoras no cenário educacional brasileiro. Esta legislação, que alterou a Lei nº9.394/1996, responsável por estabelecer as diretrizes e bases da educação nacional, introduziu a obrigatoriedade da inclusão da temática "História e Cultura Afro-Brasileira" nos currículos escolares. O presente artigo visa aprofundar-se na análise das pesquisas acadêmicas relacionadas à formação de professores à luz da Lei nº10.639/2003.

No âmbito metodológico, este estudo se enquadra como uma pesquisa documental de natureza qualitativa, fundamentada no método da Análise de Conteúdo. A escolha desse método revela-se estratégica, proporcionando uma compreensão abrangente do histórico da Lei nº10.639/2003 e permitindo a identificação de padrões e lacunas ao longo de sua implementação.

A seleção criteriosa de sete pesquisas para análise e exploração destaca a importância de abordagens diversas na compreensão desse fenômeno educacional. Contudo, ao examinar essas pesquisas, observamos que, apesar da existência de estudos dedicados a essa temática, há um predomínio do silenciamento dessas questões no contexto acadêmico. Essa constatação instiga a reflexão sobre as barreiras persistentes e os desafios enfrentados no processo de efetivação da Lei nº10.639/2003.

Este estudo não se limita a uma mera análise retrospectiva; busca, sobretudo, operacionalizar conhecimentos adquiridos para a construção de propostas que impulsionem a militância de políticas educacionais futuras. Ao compreender a realidade atual, pretendemos contribuir para o desenvolvimento de estratégias que promovam a efetiva implementação da Lei nº10.639/2003, integrando-a de maneira mais intrínseca no cenário educacional brasileiro.

Nesse contexto, a reflexão sobre os vinte anos da Lei nº10.639/2003 se apresenta como um convite à análise crítica e à proposição de soluções inovadoras. A abordagem qualitativa da pesquisa documental proporciona uma visão aprofundada das transformações e desafios enfrentados, servindo como base para a construção de uma visão prospectiva que almeja superar as limitações e potencializar as contribuições da legislação para a construção de uma educação mais inclusiva e plural.

Portanto, este artigo emerge como um instrumento de reflexão e ação, contribuindo para o entendimento das nuances que permeiam a implementação da Lei nº10.639/2003 e inspirando estratégias que impulsionem a formação de professores de maneira mais eficaz e comprometida com a promoção da diversidade cultural e étnica em sala de aula.

A temática da formação docente em relação à educação antirracista e à implementação da Lei 10.639 é de extrema relevância e urgência no contexto educacional brasileiro. Após duas décadas da promulgação da Lei 10.639/2003, que tornou obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas, é fundamental avaliar os desafios enfrentados e as possibilidades emergentes na formação dos professores para atender a essa demanda. O Brasil, historicamente marcado pela herança da escravidão e pelas desigualdades raciais, ainda enfrenta altos índices de discriminação e exclusão social baseados na cor da pele. Nesse contexto, a educação desempenha um papel fundamental na promoção da igualdade racial e na construção de uma sociedade mais justa e inclusiva. No entanto, a implementação efetiva da Lei 10.639 requer não apenas políticas públicas adequadas, mas também uma formação docente sensível e comprometida com a desconstrução do racismo estrutural presente na sociedade e na educação.

Os desafios enfrentados pelos docentes nesse contexto são diversos e complexos. Muitos professores não foram preparados durante sua formação inicial para lidar com questões relacionadas à diversidade étnico-racial de forma adequada e inclusiva. Além disso, há uma carência de materiais didáticos e recursos pedagógicos que abordem de maneira significativa a história e cultura afro-brasileira e africana. Também é comum encontrar resistência por parte de alguns educadores em reconhecer e enfrentar o racismo presente no ambiente escolar.

Apesar desses desafios, há também importantes possibilidades e estratégias para promover uma formação docente mais efetiva e comprometida com a educação antirracista. Investir em programas de formação continuada que abordem de maneira crítica e reflexiva as questões raciais é fundamental. Além disso, é importante fomentar o desenvolvimento de materiais didáticos e práticas pedagógicas que valorizem a diversidade étnico-racial e promovam a autoestima e a identidade das crianças negras e indígenas.

Nesse sentido, este artigo se propõe a analisar os desafios e as possibilidades na formação docente em relação à educação antirracista, considerando os vinte anos de implementação da Lei 10.639. Ao compreender os obstáculos enfrentados e as estratégias

bem-sucedidas adotadas pelos professores, podemos contribuir para o aprimoramento das políticas educacionais e práticas pedagógicas voltadas para a promoção da igualdade racial e a construção de uma sociedade mais justa e democrática.

METODOLOGIA

O objetivo deste estudo foi analisar pesquisas acadêmicas que tange a respeito da formação de professores à luz da Lei nº10.639/2003. A pesquisa foi realizada na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), e inicialmente, utilizou-se os seguintes descritores "educação antirracista" e "10.639", resultando em 31 achados. Em seguida, delimitou-se a pesquisa utilizando o descritor "formação de professores", onde resultou em 22 trabalhos. Buscando uma análise mais profunda que dialogasse com o objetivo deste estudo, optou-se por acrescentar o descritor "educação básica", resultando em sete pesquisas as quais são apresentadas no Quadro 1, sendo seis dissertações e uma tese. Dessa forma, nota-se então que os descritores utilizados foram: "educação antirracista"; "10.639"; "formação de professores" e "educação básica".

Ano	Título	Autoria	Tipo
2013	Educação antirracista nos anos iniciais do ensino fundamental no Distrito Federal: reflexões curriculares	Silva, Francisco Thiago	Dissertação
2018	Educação das relações étnico-raciais na formação de professores(as) através das danças circulares	Machado, Gisele Maria Rodrigues	Dissertação
2018	Narrativas de professoras de Língua Portuguesa e Literatura: Vozes negras em busca de possibilidades para o trabalho com a lei federal 10.639/03 na Educação Básica	Viana, Janaína Nery	Dissertação
2020	Entre silenciamentos e resistências: educação das relações étnico-raciais nas narrativas de professoras/es de ciências biológicas da UFSC	Pinheiro, Patrícia Magalhães	Tese
2021	Ensino de ciências no contexto da Lei nº 10.639/2003 em tempos de pandemia do covid-19	Sousa, Valeriana Christina de Melo e	Dissertação
2021	Educação para as relações étnico-raciais nos currículos de formação de professores/as de química: uma análise dos cursos de licenciatura em química da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR)	Silva, Elis Afini da	Dissertação
2023	A MATEMÁTICA NOS PERTENCE! Mobilizando saberes sobre a perspectiva decolonial, o Programa Etnomatemática e a Lei nº 10.639/03 em um curso de formação de professores	Fabio Lopes da Silva	Dissertação

Quadro 1 - Encontrados da pesquisa

A pesquisa intitulada “Educação Antirracista nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental no Distrito Federal: Reflexões Curriculares” realiza a aplicação de práticas pedagógicas de educação antirracistas nos anos iniciais do ensino fundamental. Silva (2013) aprofunda reflexões sobre o currículo do Distrito Federal analisando os desafios e as possibilidades de promover uma educação equitativa e inclusiva à luz da diversidade racial. E, conclui-se que:

Os resultados da pesquisa assinalam a coexistência de duas concepções curriculares nos Anos Iniciais da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal: o Currículo festivo, expresso por ocorrer de maneira esporádica ou mesmo cotidiana, mas apolítica, em momentos isolados da realidade sócio-histórica do país com relação às questões étnico-raciais negras; e o Currículo antirracista, que é vivo, crítico e emancipatório, construído coletivamente. (Silva, 2013).Parte superior do formulário

Machado (2018), objetivou o seu estudo na finalidade de “analisar narrativas de professores(as) sobre as relações étnico-raciais na educação básica”. A autora, utilizou danças circulares para a realizar a formação de professores sobre as questões étnico-raciais, prática esta, que possibilitou a sensibilização, a valorização das diferenças e a inclusão da igualdade racial no âmbito escolar. No entanto, a autora pondera que:

A ausência da educação das relações étnico-raciais na formação básica e na formação inicial de professores(as) também foi apontada. A partir disso, consideramos que a implementação da Lei no. 10.639/03 não está sendo cumprida, apesar de sua existência há mais de 15 anos. (Machado, 2018, p. 7).

Em “Narrativas de professoras de Língua Portuguesa e Literatura: Vozes negras em busca de possibilidades para o trabalho com a lei federal 10.639/03 na Educação Básica”, Viana (2018) em seu estudo enfatiza as experiências de professoras negras que lecionam as disciplinas de Língua Portuguesa e Literatura, buscando promover a interação da Lei 10.639/2003 com o ambiente escolar por meio de estratégias pedagógicas. E, assim, a pesquisa teve o intuito de investigar práticas pedagógicas emancipatórias de professoras de Língua Portuguesa e Literatura de três municípios distintos do Estado do Rio de Janeiro (Viana, 2018).

A pesquisa de Pinheiro (2020) teve como objetivo “compreender como se dá a educação das relações étnico-raciais (ERER) no âmbito da formação de professoras/es de Ciências Biológicas da Universidade Federal de Santa Catarina (Pinheiro, 2020). A autora considera que é

Necessário pensar numa perspectiva decolonial e antirracista a formação de professoras/es de Ciências Biológicas, de forma articulada e institucional, privilegiando as experiências de ERER positivas que já ocorrem no seio do curso.

A pesquisa de Pinheiro (2020), analisa os modos como os professores abordam as questões étnico-raciais em suas práticas pedagógicas, e destaca o silenciamento e a resistência por essas temáticas no fazer pedagógico. Entretanto, o trabalho mostra o seu potencial por trazer para a reflexão a temática das questões étnico-raciais para o ambiente escolar, promovendo o rompimento de barreiras para combater o racismo e possibilitar uma educação equitativa onde a valorização da diversidade seja efetiva.

A dissertação de Sousa (2021) traz para a discussão a temática do Ensino de ciências no contexto da Lei nº 10.639/2003 em tempos de pandemia do covid-19. Assim, tange a respeito das barreiras enfrentadas em períodos pandêmicos, frente à Covid-19. E, analisa a forma que os professores desenvolveram as suas práticas pedagógicas no ensino remoto, possibilitando em suas práticas as considerações sobre a Lei nº 10.639/2003 para promover uma educação equitativa e antirracista. Neste cenário, seu objetivo foi “propor possibilidades de compartilhamento de ideias, questionamentos e construções de compreensões entre professores e estudantes da educação básica sobre ciências em uma perspectiva antirracista e comprometida com as relações étnico-raciais.” (Sousa, 2021, p.8). Ainda em conformidade com a pesquisa de Sousa (2021), nota-se que

As sugestões dos professores para as atividades envolveram propostas pedagógicas, relatos de experiências, sugestões de materiais e metodologias, possibilitando o enriquecimento da sequência de ensino apresentada. Já as ideias que se destacaram nas falas dos professores foram a visão estereotipada da ciência branca e eurocêntrica, os desafios de relacionar o ensino de ciências às temáticas raciais, o conceito biológico equivocado de raça e os efeitos sociais e históricos que isso implica, além da dificuldade de ter um trabalho coletivo junto com professores de outras disciplinas a respeito.

Os professores participantes deste estudo fizeram sugestões de propostas pedagógicas e de materiais didáticos para enriquecer o ensino de ciências, bem como a inclusão de temáticas sobre a Lei nº10.639/2003. Entretanto, apontaram os desafios e a complexidade de abordar as questões raciais no ensino de ciências, e nas demais áreas do conhecimento.

A pesquisa intitulada “Educação para as relações étnico-raciais nos currículos de formação de professores/as de química: uma análise dos cursos de licenciatura em química da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR)”, teve como objetivo “identificar como os currículos dos cursos de Licenciatura em Química dos Campi de Apucarana, Campo Mourão, Curitiba, Londrina e Medianeira da Universidade Tecnológica Federal do

Paraná contemplam a Educação para Relações Étnico-Raciais” (Silva, 2021). E, assim, por meio de seu estudo, a autora considera que

É recompensador saber que os resultados desta pesquisa apontam para a possibilidade real de, na área de formação de professores de química, enfrentar ou mesmo minimizar o racismo estrutural, institucional e individual existente na formação de saberes. Verifiquei, também, que é possível tratar de temas como história, cultura, ciência e tecnologia no Ensino de Química trazendo à luz contribuições de autores negros e conhecimentos produzidos em nosso país por nosso povo e em conformidade com a formação social brasileira. Também destaco a necessidade de novas pesquisas sobre os docentes, sobre formadores/as de professores/as de Química que busquem analisar sobre suas práticas de EREER, bem como, sobre a criação de métodos a serem desenvolvidos em sala de aula. (Silva, 2021, p.83).

O estudo explora a maneira que os currículos abordam estratégias e práticas para a promoção da valorização da diversidade racial, visando compreender a formação dos professores de Química, interseccionada com as questões raciais. E, a autora, considera também, a importância de a temática racial fazer a inter-relação entre as diferentes áreas do conhecimento.

A pesquisa de Silva (2023) trouxe considerações sobre a perspectiva decolonial, e como a Educação Matemática pode contribuir para os avanços e efetivação da Lei nº 10.639/03 nos ambientes escolares. Entretanto, o autor assume que:

Para tanto, mobilizamos saberes acadêmicos referentes à decolonialidade, à educação para as relações étnico-raciais, e ao Programa Etnomatemática, para elaborar e aplicar um curso de formação continuada de professoras e professores que ensinam matemática em um colégio particular de São Paulo (Silva, 2023, p. 10).

E, assim, por meio de sua pesquisa, espera-se que a mesma sirva de contribuição para debates acerca da educação antirracista, onde os estudantes brasileiros possam conhecer a sua história, e ter em suas estudos propostas curriculares de valorização de suas culturas.

Por meio deste levantamento de dados, é notável observar a interdisciplinaridade das questões da educação antirracista com as diversas áreas do conhecimento. Isso aponta um significativo crescimento de pesquisas que reconhecem a importância da abordagem das questões antirraciais nos ambientes escolares, o que culmina em uma educação mais inclusiva e equitativa.

Essa abordagem interdisciplinar não apenas enriquece o currículo, mas também oferece aos estudantes uma oportunidade de aprender sobre a diversidade e a complexidade das questões raciais a partir de várias perspectivas. Além disso, ela ajuda a promover uma cultura educacional mais inclusiva, que reconhece e valoriza as diversas vozes e contribui para a construção do conhecimento.

CONCLUSÃO

À luz dos desafios e possibilidades na formação docente em relação à educação antirracista e aos vinte anos de implementação da Lei 10.639, é evidente que a luta pela igualdade racial no contexto educacional brasileiro é um processo complexo e em constante evolução. A análise desses aspectos revela a necessidade urgente de um comprometimento contínuo por parte das instituições de ensino, dos órgãos governamentais e da sociedade em geral para enfrentar o racismo estrutural e promover uma educação verdadeiramente inclusiva e equitativa.

Os desafios identificados, desde a falta de preparo dos docentes até a escassez de recursos pedagógicos adequados, demonstram a urgência de investimentos e políticas públicas que priorizem a formação continuada dos professores e a produção de materiais didáticos que abordem de forma integral a história e cultura afro-brasileira e africana. Além disso, é essencial que se combata as manifestações de racismo no ambiente escolar e se promova uma cultura de respeito à diversidade étnico-racial.

Contudo, as possibilidades identificadas oferecem um horizonte promissor para a promoção da educação antirracista. A existência de iniciativas de formação docente, programas de capacitação e a crescente conscientização sobre a importância da diversidade étnico-racial na educação são indicativos de que é possível avançar na construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Em última análise, é fundamental que os esforços para promover a educação antirracista não se limitem apenas ao ambiente escolar, mas se estendam a toda a sociedade. Somente por meio de uma abordagem interseccional e colaborativa, envolvendo todos os atores sociais, será possível superar as barreiras históricas e estruturais que perpetuam o racismo no Brasil.

Portanto, este estudo reforça a importância de continuar a pesquisa e o debate sobre os desafios e as possibilidades na formação docente em relação à educação antirracista. Ao fazê-lo, estaremos contribuindo para a construção de uma educação mais inclusiva, diversificada e comprometida com a promoção da igualdade racial e social.

REFERÊNCIAS

MACHADO, Gisele Maria Rodrigues. **Educação das relações étnico-raciais na formação de professores (as) através das danças circulares**. Dissertação de Mestrado. 2018.

MELO, Valeriana Christina de. **Ensino de ciências no contexto da Lei nº 10.639/2003 em tempos de pandemia do covid-19.** 2021.

PINHEIRO, Patrícia Magalhães. **Entre silenciamentos e resistências: educação das relações étnico-raciais nas narrativas de professoras/es de ciências biológicas da UFSC.** 2020.

SILVA, Elis Afini da et al. **Educação para as relações étnico-raciais nos currículos de formação de professores/as de química: uma análise dos cursos de licenciatura em química da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR).** 2021.

SILVA, F. T. **Educação antirracista nos anos iniciais do ensino fundamental no distrito federal: reflexões curriculares.** Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação, subárea: Profissão docente, currículo e avaliação. Universidade de Brasília, 2013.

SILVA, Fabio Lopes da. **A MATEMÁTICA NOS PERTENCE! Mobilizando saberes sobre a perspectiva decolonial, o Programa Etnomatemática e a Lei no 10.639/03 em um curso de formação de professores.** Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. 2023

VIANA, Janaína Nery. **Narrativas de professoras de Língua Portuguesa e Literatura: Vozes negras em busca de possibilidades para o trabalho com a lei federal 10.639/03 na Educação Básica.** 2018.